projeto já estejam concluídas cumprindo o orçamento pretendido para tal. Item 11. Processo SEI nº 0417-000376/2017 – Instituição: Centro Cultural Dançar é Arte. Projeto: Dançar é Arte. Despesas com encargos sociais. Solicitação de restituição de valores. A instituição informa que, à época da execução do projeto, não se atentou ao fato de que os encargos sociais dos funcionários poderiam ser pagos com recursos do FDCA/DF. Por isso, a coordenadora do projeto equivocadamente doou a integralidade do seu salário por 12 meses para o pagamento dos referidos encargos, sendo que o recurso para tal estava previsto no plano de trabalho aprovado e, portanto, foi disponibilizado na conta bancária do projeto. Diante do equívoco, a instituição solicita que o valor referente ao pagamento dos encargos, que se encontra na conta bancária do projeto, seja restituído à coordenadora. A gestora da parceria se manifestou favorável à solicitação. O Conselho delibera por autorizar a restituição do valor, considerando que os encargos estavam previstos no plano de trabalho, e que, segundo o Despacho - SEJUS/DIREFIN/GEPAG/NUCONSIG (SEI 43601002) da gestora do projeto, os pagamentos a todos os funcionários foi comprovado pela instituição. Ressalta-se que deverá ser observado o procedimento correto para a operacionalização da restituição. Item 12. Processo SEI nº 00417-00038281/2018-09 – Instituição: Associação de Ginástica do Octogonal e Cruzeiro – AGINOC. Projeto: Viver Infância e Adolescência com Esporte e Arte. Solicitação de liberação de parcela referente a auxílio investimento. A instituição, em resposta ao Ofício Nº 17/2020 - SEJUS/UNGEF/COORFDCA que solicitou manifestação da instituição sobre a continuidade ou suspensão temporária da Parceria, nos termos Aviso Projetos FDCA, solicita o pagamento da parte da primeira parcela que diz respeito a auxílio investimento, e o adiantamento do pagamento da parte de subvenção social, também prevista na primeira parcela, enquanto perdurar a proibição das atividades presenciais em razão da pandemia. O pedido se justifica pela necessidade de providenciar com antecedência a compra dos bens permanentes previstos no projeto, haja vista a dilatação do prazo de entrega dos fornecedores no momento atual. Tais aquisições visam à adequação do espaço físico da instituição, garantindo que as atividades do projeto possam ser iniciadas tão logo autorizado o retorno às aulas presenciais pelo GDF. O Conselho entende não ser possível atender à solicitação, visto que, com a autorização do pagamento da primeira parcela, o tempo de vigência da parceria volta a ser contado, implicando em posterior atraso na execução e necessidade de apostilamento do Termo de Fomento. Além do mais, a incerteza quanto à data de retorno às atividades presenciais pode acarretar em um longo interstício entre a execução da parcela de auxílio investimento e o início das aulas do projeto. Por fim, entende-se que o tempo de aquisição dos bens permanentes já foi previsto no projeto, e não haverá prejuízo em realizar as aquisições apenas quando retornarem as atividades presenciais. O Conselho delibera, então, que a retomada do projeto ficará condicionada à autorização do GDF para o retorno às atividades presenciais. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezenove horas, e eu, Marina Maria Ventura Peixoto, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo coordenador adjunto do Conselho de Administração do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal. Francisco Rodrigues Corrêa, Coordenador Adjunto.

RETIFICAÇÃO DA ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao décimo segundo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, por meio de videoconferência, às quatorze horas, durante a 6ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, foi solicitada a correção da Ata da 43ª Reunião Ordinária, publicada no DODF nº 151, de 11/08/2020. A presente Ata tem por objetivo RETIFICAR o seguinte item: ONDE SE LÊ:”

Item 11. Processo nº 00400-00031857/2020-48 - Aprovação de proposta referente ao PLOA 2021. O Conselho toma conhecimento de proposta de distribuição de valores e percentuais das ações orçamentárias atinentes à Secretaria Executiva do CDCA referentes ao Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2021, apresentada pela Ungef. Dentre os valores apresentados, está a previsão de R\$3.000.000,00 para construção de sedes de conselhos tutelares, em especial os que foram criados juntamente com as novas Regiões Administrativas do Distrito Federal, conforme disposto na Resolução nº 35/2019 do CDCA. O subsecretário Emílio informa que o projeto de construção já foi elaborado e encaminhado ao CAFDCA, e solicita que seja aprovada a inclusão da ação na previsão orçamentária para 2021. Ressalta que a previsão da despesa na Lei Orçamentária é condição determinante para a cessão do espaço para a construção. O presidente registra seu questionamento em relação à ausência de item relativo ao projeto de construção dos conselhos tutelares na pauta da reunião, e o não encaminhamento do documento em tempo hábil para leitura dos conselheiros. A Diretora de Projetos esclarece que o processo do projeto de construção foi tramitado ao CAFDCA já nesta data, e que por isso não está na pauta. Além disso, explica que o trâmite, conforme definido pelo CDCA, é de análise e aprovação pela Comissão de Políticas Públicas para posterior envio ao CAFDCA. O presidente acrescenta que deliberar sobre o orçamento é prerrogativa do plenário do CDCA e que o encaminhamento deveria ser a solicitação de prorrogação do prazo à Secretaria de Estado de Economia, tendo em vista a necessidade de debate sobre o tema. Argumenta que o Conselho não possui conhecimento do diagnóstico da situação dos conselhos tutelares, e nem informações sobre valores, terrenos ou projetos, que fundamentem a deliberação. Que desde dezembro de 2019, quando da publicação da Resolução nº 35/2019, o CDCA/DF pontua a necessidade de se debater o tema com profundidade, e que a Comissão de Conselho Tutelar, com competência para tal, não tem se reunido desde então. Além disso, observa que o processo SEI com a proposta do PLOA foi gerado em 01/07 e, portanto, deveria ter sido pautado e debatido na plenária de julho. A Diretora de Projetos esclarece que o processo foi tramitado ao CAFDCA apenas no dia 04/08. Diante da divergência de posicionamentos, o Conselho delibera por submeter a proposta a votação. Votos a favor da aprovação da proposta: conselheiro Bruno,

conselheira Grazielle, conselheiro Eduardo. Votos contra a aprovação da proposta: nenhum. Abstenções: conselheiro Francisco, conselheira Jaqueline. Fica aprovada a proposta conforme apresentada pela Ungef. O Conselho delibera, também, pelo posterior encaminhamento da questão para discussão na Plenária ordinária de agosto. O processo SEI com o projeto da construção deverá ser disponibilizado a todos os conselheiros para análise...”.LEIA-SE: “ Item 11. Processo nº 00400-00031857/2020-48 - Aprovação de proposta referente ao PLOA 2021. O Conselho toma conhecimento de proposta de distribuição de valores e percentuais das ações orçamentárias atinentes à Secretaria Executiva do CDCA referentes ao Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2021, apresentada pela Ungef. Dentre os valores apresentados, está a previsão de R\$3.000.000,00 para construção de sedes de conselhos tutelares, em especial os que foram criados juntamente com as novas Regiões Administrativas do Distrito Federal, conforme disposto na Resolução nº 35/2019 do CDCA. O subsecretário Emílio informa que o projeto de construção já foi elaborado e encaminhado ao CAFDCA, e solicita que seja aprovada a inclusão da ação na previsão orçamentária para 2021. Ressalta que a previsão da despesa na Lei Orçamentária é condição determinante para a cessão do espaço para a construção. O presidente registra seu questionamento em relação à ausência de item relativo ao projeto de construção dos conselhos tutelares na pauta da reunião, e o não encaminhamento do documento em tempo hábil para leitura dos conselheiros. A Diretora de Projetos esclarece que o processo do projeto de construção foi tramitado ao CAFDCA já nesta data, e que por isso não está na pauta. Além disso, explica que o trâmite, conforme definido pelo CDCA, é de análise e aprovação pela Comissão de Políticas Públicas para posterior envio ao CAFDCA. O presidente acrescenta que deliberar sobre o orçamento é prerrogativa do plenário do CDCA e que o encaminhamento deveria ser a solicitação de prorrogação do prazo à Secretaria de Estado de Economia, tendo em vista a necessidade de debate sobre o tema. Argumenta que o Conselho não possui conhecimento do diagnóstico da situação dos conselhos tutelares, e nem informações sobre valores, terrenos ou projetos, que fundamentem a deliberação. Que desde dezembro de 2019, quando da publicação da Resolução nº 35/2019, o CDCA/DF pontua a necessidade de se debater o tema com profundidade, e que a Comissão de Conselho Tutelar, com competência para tal, não tem se reunido desde então. Além disso, observa que o processo SEI com a proposta do PLOA foi gerado em 01/07 e, portanto, deveria ter sido pautado e debatido na plenária de julho. A Diretora de Projetos esclarece que o processo foi tramitado ao CAFDCA apenas no dia 04/08. Diante da divergência de posicionamentos, o Conselho delibera por submeter a proposta a votação. Votos a favor da aprovação da proposta: conselheiro Bruno, conselheira Grazielle, conselheiro Eduardo. Votos contra a aprovação da proposta: nenhum. O conselheiro Francisco declara sua abstenção, reforçando os argumentos apresentados pelo presidente. O conselheiro afirma que restou prejudicado o processo de discussão com o Conselho acerca da construção da proposta orçamentária do FDCA/DF, e que a questão deve ser submetida à Plenária para aprovação, por se tratar de assunto orçamentário. A conselheira Jaqueline também declara sua abstenção, pelos mesmos motivos. Fica aprovada a proposta conforme apresentada pela Ungef. O Conselho delibera, também, pelo posterior encaminhamento da questão para discussão na Plenária ordinária de agosto. O processo SEI com o projeto da construção deverá ser disponibilizado a todos os conselheiros para análise. Para constar, eu, Marina Maria Ventura Peixoto, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo coordenador adjunto do Conselho de Administração do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal. Francisco Rodrigues Corrêa, Coordenador Adjunto.

SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA - DF LEGAL

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ATO DECLARATÓRIO Nº 02/2020

Bens e mercadorias apreendidos no período de 09/08/2020 a 15/08/2020, com proprietários não identificados. Processo SEI-GDF nº 04017-00010595/2020-17.

A SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL – DF LEGAL, no uso da competência conferida pelo § 2º do art. 5º da Portaria nº 37, de 4 de junho de 2020, da DF LEGAL, e em cumprimento ao previsto no § 4º do art. 52 da Lei nº 5.547, de 6 de outubro de 2015, DECLARA NÃO IDENTIFICADOS OS PROPRIETÁRIOS DOS BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS E RECOLHIDOS AO DEPÓSITO DA DF LEGAL, na seguinte ordem: NUMERO DO AUTO DE APREENSÃO, DATA DA APREENSÃO, QUANTIDADE E IDENTIFICAÇÃO DOS BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS CUJOS PROPRIETÁRIOS NÃO FORAM IDENTIFICADOS: D034935, 09/08/2020, 2.900 tijolos furados, 02 bombas, 08 ferragens para coluna, 30 malhas de ferro, 03 carrinhos de mão, 01 betoneira, 01 geladeira, 01 botijão de gás, 01 rolo de cabo de força, 01 transformador, 01 mesa de madeira, 13 peças de andaime, 08 barras de ferro, 04 travas de andaime, 01 régua de pedreiro, 55 telhas amianto; D038565, 11/08/2020, 70 capas de celular, 07 bolsas, 01 raquete de mosquito, 02 celulares, 03 baterias para celular, 03 relógios, 02 caixas de som, 13 cabos diversos, 03 modems, 01 pendrive, 06 controles remoto, 01 extensão, 01 antena, 02 carregadores de veículo, 03 fones de ouvido, 02 carregadores universais, 02 fontes, 02 películas de celular, 01 chapéu, 10 esmaltes, 03 batons, 01 afedor de pressão, 02 pentes de cabelo, 01 boneco, 01 leitor de cartão; D63638, 11/08/2020, 10 almofadas, 01 manta cor vermelha, 01 ferragem; D55962, 12/08/2020, 04 banheiros químicos; D012096,

13/08/2020, 01 saco de roupas diversas, 03 bolsas, 09 pares de sapatos, 01 saco de cosméticos; D034630, 15/08/2020, 10 metros de mangueira, 01 carrinho de mão, 01 brocha, 02 pacotes plastificante mineral aditivado, 01 enxada, 01 peneira, 02 desempenadeiras; D63662, 15/08/2020, 01 kit para reparo de pneus, 05 calculadoras, 15 fones de ouvido, 13 adaptadores veiculares, 01 lanterna flash light, 01 carteira, 01 rádio de pilha, 20 pilhas, 02 cola; D63661, 15/08/2020, 02 manequins, 12 peças de roupas diversas, 90 cabides, 02 banquetas plásticas, 01 banqueta de ferro, 07 máscaras, 06 carregadores, 13 cabos diversos, 01 mouse, 03 suportes automotivos para celular, 211 películas de celular, 01 maleta, 01 raquete elétrica, 19 garrafas de água 500 ml, 11 refrigerantes diversos, 01 colher, 01 garrafa térmica, 01 bancada, 20 caixas plásticas; D63660, 15/08/2020, 03 sacos de frutas e verduras diversas. Ficam os proprietários cientes de que, segundo o § 5º do art. 52, da Lei nº 5.547, de 2015, e o art. 39, caput, da Portaria DF LEGAL nº 37, de 2020, serão declarados abandonados os bens e as mercadorias não perecíveis que não forem reclamados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da lavratura do auto de apreensão.

TÂNIA DE ÁVILA

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA CEB LAJEADO S.A. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
EXTRATO DA ATA

CNPJ 03.677.638/0001-50 NIRE 53 3 0000613-0

DATA/HORA: 31.10.2019, às 10 horas. LOCAL: sede da empresa. ORDEM DO DIA: 1) eleger novo ocupante para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro da CEB Lajeado S.A.; e 2. convocar Assembleia Geral para eleger membros do Conselho de Administração. DECISÕES. ITEM 1. Tendo em vista o Comunicado nº 16/2019 –PR, pelo qual a acionista Companhia Energética de Brasília (CEB) fez a indicação de novo ocupante para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro e também a Carta de renúncia ao referido cargo, apresentada pelo Senhor Armando Casado de Araujo, o Conselho de Administração elegeu, com unanimidade, o Senhor Joel Antonio de Araujo ao cargo de Diretor Administrativo-Financeiro da CEBLajeado, para completar o mandato relativo ao biênio 2018/2020, vencendo em 27.04.2020, sob a égide da Lei nº 6.404/1976, art. 142, inciso II e do Estatuto Social da CEBLajeado, art. 23, inciso II. Visando cumprir o dispositivo legal, informamos a seguir a qualificação do membro ora eleito: JOEL ANTONIO DE ARAUJO –brasileiro, administrador, natural de Santo Antônio do Monte –MG, carteira de identidade nº *.68.1** -SSP/DF, CPF ***.422.306.**, filho de Jaci Antonio de Araujo e Dirce Rodrigues de Araujo, residente e domiciliado em Belo Horizonte à Rua ***** nº **, Ap. **, Bairro ***** –MG. Consigna-se que o membro indicado foi avaliado pelo Comitê de Elegibilidade da Companhia Energética de Brasília, conforme registro de Ata da sua Vigésima Sétima Reunião Ordinária, de 22.10.2019, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 e com o Decreto nº 37.967/2017. ITEM 2. Considerando as Cartas de Renúncia ao cargo de Conselheiro de Administração da CEBLajeado, apresentadas pelos senhores Ricardo Bernardo da Silva e Joel Antonio de Araujo; o Comunicado nº 15/2019 –PR, pelo qual o representante da acionista Companhia Energética de Brasília (CEB), apresenta a este Conselho a indicação de novo ocupante ao cargo de Conselheiro de Administração da CEBLajeado e ainda, a Ata da 587ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da CEB, com indicação de um de seus membros para compor o Conselho de Administração da CEB Lajeado S.A., este Colegiado decidiu convocar Assembleia Geral para eleger os membros indicados à composição do Conselho de Administração da CEBLajeado, a fim de completarem o mandato relativo ao biênio 2018/2020, vencendo em 27.04.2020, em cumprimento ao disposto no art. 142. Inciso IV da Lei nº 6.404/1976 e no art. 21, inciso III do Estatuto Social da Companhia. REGISTRO JUCIS/DF: 1342790, certificado em 16/12/2019. Maxmilian Patriota Carneiro –Secretário-Geral.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

PORTARIA Nº 161, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre o cadastro de pessoas físicas e jurídicas beneficiárias das ações emergenciais destinadas ao setor artístico e cultural do Distrito Federal de que trata a Lei Nacional nº 14.017, de 29 de junho de 2020, a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhes conferem os incisos III e V do parágrafo único do art. 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e com base no disposto na Lei Nacional nº 14.017, de 29 de junho de 2020 e no Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o cadastro de pessoas físicas e jurídicas beneficiárias das ações emergenciais destinadas ao setor cultural do Distrito Federal a serem adotadas

durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 e no Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º As ações emergenciais de apoio ao setor cultural serão realizadas por meio de:

I - renda emergencial mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais) aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura;

II - subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e

III - editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

Art. 3º Farão jus à renda emergencial mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais) prevista no inciso I do caput do art. 2º da Lei Nacional nº 14.017, de 29 de junho de 2020, os trabalhadores e trabalhadoras da cultura com atividades interrompidas e que comprovem:

I - terem atuado social ou profissionalmente nas áreas artística e cultural nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de publicação da Lei Nacional nº 14.017, de 29 de junho de 2020, comprovada a atuação de forma documental ou autodeclaratória;

II - não terem emprego formal ativo;

III - não serem titulares de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiários do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressaltado o Programa Bolsa Família;

IV - terem renda familiar mensal per capita de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou renda familiar mensal total de até 3 (três) salários-mínimos, o que for maior;

V - não terem recebido, no ano de 2018, rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos);

VI - estarem inscritos, com a respectiva homologação da inscrição, no cadastro de que trata o art. 5º desta Portaria;

VII - não serem beneficiários do auxílio emergencial previsto na Lei Federal nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

§ 1º O recebimento da renda emergencial está limitado a 2 (dois) membros da mesma unidade familiar.

§ 2º A mulher provedora de família monoparental receberá 2 (duas) cotas da renda emergencial.

§ 3º Para efeitos desta Portaria, entende-se por unidade familiar, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantêm pela contribuição de seus membros.

Art. 4º O subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º da Lei Nacional nº 14.017, de 29 de junho de 2020, terá valor mínimo de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com critérios estabelecidos em ato normativo.

§ 1º Farão jus ao benefício referido no caput deste artigo os espaços culturais e artísticos, microempresas e pequenas empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas e instituições culturais com atividades interrompidas, que por meio de seus representantes devem comprovar sua inscrição e a respectiva homologação no cadastro de que trata o art. 6º desta Portaria.

§ 2º Compreendem-se como espaços culturais todos aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais descritas no art. 8º da Lei Nacional nº 14.017, de 29 de junho de 2020.

§ 3º Fica vedada a concessão do benefício a que se refere o caput do art. 2º da Lei Nacional nº 14.017, de 29 de junho de 2020, a espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços culturais vinculados a fundações, a institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S.

Art. 5º Para fins do cadastro destinado à renda emergencial mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais) de que trata o inciso I do art. 2º desta Portaria, os trabalhadores e trabalhadoras da cultura deverão encaminhar os seguintes documentos:

I - para os trabalhadores e trabalhadoras da cultura que possuem inscrição no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic), Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab), Cadastro de Entes e Agentes Culturais (CEAC), Mapa nas Nuvens, Cadastro de Pontos e Pontões de Cultura do Distrito Federal ou Cadastro de Artistas Plásticos - CAP:

a) ficha de inscrição de que trata o Anexo I desta Portaria devidamente preenchida;

b) cópia do RG e CPF; e

c) 1 (um) comprovante de cada um dos últimos dois anos de trabalhos realizados no setor cultural e/ou artístico.

II - para os trabalhadores e trabalhadoras da cultura que não possuem inscrição em nenhum cadastro nacional ou distrital de cultura:

a) ficha de inscrição de que trata o Anexo I desta Portaria devidamente preenchida;

b) breve currículo de sua atuação profissional;

c) cópia do RG e CPF;